



GT 17. Antropologias da paisagem

Coordenador(es):

Thiago Mota Cardoso (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Pedro Castelo Branco Silveira (Fundaj)

Sessão 1 - HABITAR PAISAGENS

Debatedor/a: Emmanuel Duarte Almada (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais)

Sessão 2 - COSMOPOLÍTICA DAS PAISAGENS E MODOS DE RESISTÊNCIA

Debatedor/a: Rafael Palermo Buti (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Sessão 3 - PAISAGENS NO/DO ANTROPOCENO

Debatedor/a: Karine Lopes Narahara (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Paisagem é uma categoria que tradicionalmente ganhou pouco destaque nas discussões antropológicas, geralmente compreendida a partir de suas dimensões estéticas e representacionais, especialmente aquelas relacionadas ao campo visual. Recentemente, abordagens processuais das paisagens tem ganhado força a partir, por um lado, do questionamento das fronteiras entre natureza e cultura, com autores contemporâneos como Philippe Descola, Tim Ingold e Anna Tsing e, por outro lado, com abordagens que incluem a dimensão da ecologia política e do reconhecimento público de paisagens como patrimônio imaterial de povos e comunidades tradicionais. O GT discutirá as diversas possibilidades do uso do conceito de paisagem na antropologia, incluindo abordagens estéticas e processuais, dimensões visuais, sonoras ou táteis, e suas relações com outros conceitos antropológicos tais como território, terra, lugar, ambiente e patrimônio, e com os debates sobre o Antropoceno. São encorajadas experimentações etnográficas que se fazem em diálogos com outras disciplinas que se utilizam desta categoria, entre elas a geografia, a ecologia e as artes visuais.

Paisagens do ?progresso? e a resistência na terra: perspectivas de futuro para os Munduruku no Médio Tapajós

Autoria: Luísa Pontes Molina (UNB - Universidade de Brasília)

Imponentes silos na margem do rio, por onde descem consecutivas barcaças com toneladas de soja. Pick ups encostadas onde deveria haver calçadas. Ruas de asfalto remendado, esgoto, urubus. Lojas de compra de ouro se enfileirando na principal avenida da cidade. Outdoors, cartazes e até estátua de exaltação do garimpo. Nas televisões, em discretas conversas de bar, nos rádios dos taxis e dos ramais de acesso ao rio, a propaganda insistente de mudanças por vir: novos portos para transporte de soja, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas, regularização da mineração em terras indígenas. A paisagem do ?progresso? no Médio Tapajós interpela a todo momento quem percorre a cidade de Itaituba (PA), como uma espécie de cerco inexorável dos possíveis: com tanto ouro sob a terra, há de se lançar à corrida do garimpo; foi-se o tempo da preservação ambiental, os indígenas não podem mais impedir o avanço da civilização; e como não desejar os investimentos chineses na região? O ?desenvolvimento?, essa marcha ininterrupta em só uma direção, seria inescapável ? afinal, abriu-se uma estrada no meio da floresta, e não muito depois chegaram àqueles recônditos até mesmo os gigantes do agronegócio. Todavia, a luta do povo Munduruku, que habita a bacia do rio Tapajós há mais de três séculos, aponta para outra direção: opondo-se frontalmente ao que chamam de projetos de morte, em uma complexa crítica cosmopolítica do desenvolvimento, os Munduruku foram



continuamente o cerco, criando outras possibilidades de vida e de projetos de futuro ? territórios existenciais que têm na terra, na história e na mitologia seus principais pontos de força. O presente work partirá de minha pesquisa etnográfica e aliança política com os Munduruku para pensar algumas dimensões e certos aspectos da luta e da resistência desse povo frente aos vetores geno/etno/ecocidas do ?desenvolvimento?. Mobilizarei algumas percepções e preocupações de meus interlocutores, alinhavadas à descrição sucinta das paisagens do ?progresso? em Itaituba, para apresentar em mais detalhes a ideia de um ?cerco de possíveis? enfrentado pelos Munduruku. Voltaremos em seguida para o que esse mesmo povo ensina a respeito da força política e de vida que tem o entrelaçamento da terra e da cultura ? tomada aqui como categoria nativa. Procurarei argumentar que habitar a terra passa por habitar um projeto (ou, quem sabe, um conceito) de vida; é, de partida, uma forma de resistência contracolonizadora, como propõe Antônio Bispo; e é por excelência a via de garantia da autodeterminação indígena, da autonomia em relação ao próprio futuro.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: